

ARI GENÉZIO LAFIN
Prefeito Municipal

ESTEVAZ HUNGARO CALVO FILHO
Secretário de Administração

Art. 15. As despesas com a execução desta Lei Complementar corraão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de junho de 2021.

ARI GENÉZIO LAFIN
Prefeito Municipal

ESTEVAZ HUNGARO CALVO FILHO
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 335, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Concede incentivos fiscais à empresa Agro Ferragens Luizão Ltda, nos termos da Lei Complementar nº 286, de 11 de dezembro de 2018, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder benefícios fiscais, nos termos da Lei Complementar nº 286, de 11 de dezembro de 2018, à empresa Agro Ferragens Luizão Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.774.390/0001-15, com sede estabelecida na Rua Fernando Correa da Costa, nº 1118, Centro, Rondonópolis-MT.

Art. 2º Os incentivos fiscais de que trata o Art. 1º, à empresa Agro Ferragens Luizão Ltda, serão concedidos pelo período de 06 anos da seguinte forma:

I - redução de até 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do imóvel onde se encontra a unidade da respectiva empresa;

II - redução de até 100 % (cem por cento) das taxas devidas pela aprovação de projetos de construção civil da respectiva empresa;

III - redução de até 100% (cem por cento) do ISSQN devido pelas obras de construção civil da respectiva empresa; e

IV - redução de até 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento da respectiva empresa.

Art. 3º Os incentivos concedidos por meio desta Lei Complementar objetivam a implantação de uma filial no município de Sorriso, com 1.500 metros quadrados de área comercial e 2.000 metros quadrados de depósito, com estimativa de geração de 50 vagas de trabalho temporárias, e após a entrada em operação a geração de 30 empregos diretos.

Art. 4º O benefício fiscal previsto nesta Lei Complementar será cassado quando a empresa apresentar pendências ou irregularidades no cadastro fiscal do município ou apresentar débito inscrito em Dívida Ativa junto à Fazenda Municipal.

Art. 5º A empresa Agro Ferragens Luizão Ltda deverá manter o cronograma de execução da obra de construção da nova filial, sob pena da extinção do incentivo previsto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Caso haja descumprimento de qualquer um dos requisitos contidos nesta Lei Complementar, por parte da beneficiária, em seu desfavor será realizado o lançamento tributário correspondente ao valor incentivado, garantindo-se o princípio do contraditório e da ampla defesa.

Art. 6º A estimativa do impacto financeiro referente ao incentivo fiscal proposto está demonstrada no Anexo Único, parte integrante desta Lei, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 7º Os efeitos da concessão dos incentivos fiscais se iniciarão a partir da publicação desta Lei Complementar.

Art. 8º Ocorrendo alterações de razão social, atividade, ou domicílio fiscal, a empresa beneficiada deverá comunicá-las à Secretaria de Desenvolvimento Econômico no prazo de até 15 (quinze) dias, após a ocorrência, sob pena da interrupção do benefício fiscal.

§ 1º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá solicitar novos documentos ou esclarecimentos, para a continuidade ou não dos procedimentos administrativos decorrentes do incentivo fiscal, devendo finalizar o processo no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo da informação.

§ 2º A decisão administrativa que determine a interrupção do benefício fiscal produzirá seus efeitos a partir da data de sua publicação ou comunicação do interessado.

§ 3º Se o beneficiário do incentivo fiscal deixar de comunicar as alterações no prazo referido neste artigo, ou de má-fé se furtar na prestação de informações e documentos requeridos, a decisão administrativa de interrupção do benefício fiscal produzirá seus efeitos a partir da data da alteração social, atividade ou domicílio fiscal, sem prejuízo da incidência de multa na ordem de 5% (cinco por cento) do montante correspondente ao benefício fiscal calculado sobre o último exercício financeiro.

Art. 9º A beneficiária dos incentivos fiscais deverá fazer mensalmente o recolhimento de valor correspondente a 5% (cinco por cento) dos incentivos concedidos em relação ao mês imediatamente anterior, em contrapartida ao benefício fiscal concedido em favor da conta prevista no art. 10 da Lei Complementar nº 286/2018.

Parágrafo único. O descumprimento da obrigação prevista no caput deste artigo é punível com multa em valor referente ao dobro do que deixou de ser repassado, excluindo-se do programa a beneficiária faltosa se descumprida por duas vezes, consecutivas ou não.

Art. 10. Os incentivos fiscais concedidos serão revogados na hipótese de descumprimento dos compromissos assumidos ou de quaisquer outras obrigações acessórias impostas diretamente pelo Poder Público para concessão dos benefícios estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 11. Os incentivos fiscais concedidos com base nesta Lei Complementar serão revogados na hipótese de descumprimento dos compromissos assumidos ou de quaisquer outras obrigações acessórias impostas diretamente pelo Poder Público para concessão dos benefícios estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Fazenda e Secretaria Municipal da Cidade, controlar e fiscalizar a execução desta Lei Complementar, bem como:

I - Fiscalizar e verificar o cumprimento dos encargos assumidos pela entidade beneficiada;

II - Elaborar pareceres, apresentar relatórios e solicitar informações;

III - Denunciar eventuais irregularidades e propor providências.

Art. 13. A empresa incentivada deverá apresentar, anualmente, à Prefeitura Municipal, cópias das guias de RAIS, CAGED, Balanço Patrimonial GFIP/RE e/ou outros documentos que lhes venham a ser solicitados.

Art. 14. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações constantes nesta Lei serão realizados anualmente, in loco, por representantes das Secretarias especificadas no art. 12, devendo a incentivada fornecer todos os documentos e meios necessários para a comprovação do mesmo.

LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 49/2021 - O MUNICÍPIO DE SORRISO TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Pregão Presencial - 49/2021 TENDO COMO OBJETO 'REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BOTIJOES, MANGUEIRAS, REGISTROS, RECARGA DE GÁS PARA BOTIJO P13 E P45, E INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE GÁS, A SEREM UTILIZADOS NAS DIVERSAS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO/MT' CONFORME A SEGUIR, empresas vencedoras: **PETERS GAS COMERCIO DE GAS EIRELI - CNPJ 07.693.574/0001-31 - Valor Total R\$442.166,00. PIRAPO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA. - CNPJ 01.872.282/0001-80 - Valor Total R\$308.149,15. TECNOPETERS INSTALACOES EIRELI - CNPJ 11.185.732/0001-10 - Valor Total R\$112.660,00. Valor Total Geral: R\$862.975,15. ARI GENEZIO LAFIN - PREFEITO MUNICIPAL.**

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 50/2021 - O MUNICÍPIO DE SORRISO TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Pregão Presencial - 50/2021 TENDO COMO OBJETO 'REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO (EXTINTORES) PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS' CONFORME A SEGUIR, empresas vencedoras: **SORRISO EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E COMBATE A INCENDIO LTDA - CNPJ 19.781.971/0001-44 - Valor Total R\$470.675,40. ARI GENEZIO LAFIN - PREFEITO MUNICIPAL.**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2021
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR DO CAMINHÃO PIPA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA DO NORTE.

FINALIDADE: O processo refere-se à contratação de empresa para aquisição de materiais de manutenção de motor do caminhão pipa, tendo em vista que o veículo em questão é necessário para atender o distrito de Boa Esperança, principalmente no período de seca.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.
CONTRATADA: SAMAR COMERCIAL AGRICOLA LTDA, CNPJ: 01.912.863/0001-06.

VALOR GLOBAL: R\$ 5.298,47 (cinco mil duzentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.
ARI GENÉZIO LAFIN - PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo conteúdo no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa n.º **038/2021**.

ARI GENÉZIO LAFIN -
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2021
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO SENAC/MT PARA DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, GARANTINDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E MELHORIA DA CONDIÇÃO SOCIAL E FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL E PESSOAL NO MUNICÍPIO DE SORRISO - MT.

FINALIDADE: Contratação de empresa o objetivo de promover a oferta de qualificação profissional técnica à comunidade do município, para alcance de resultados efetivos em geração de emprego e renda, em inclusão social, no aumento do empreendedorismo e no combate a desocupação e a criminalidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso XIII da Lei 8.666/93.
CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - FILIAL (CNPJ 03.658.868/0014-96).

VALOR GLOBAL: R\$ 56.756,00 (cinquenta e seis mil e setecentos e cinquenta e seis reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2021.
ARI GENÉZIO LAFIN - PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo conteúdo no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa n.º **039/2021**.